

ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2013

Para apreciação e aprovação apresentamos as propostas de Orçamento e Plano de Atividades para 2013 e o Plano Plurianual de Investimentos.

1 – ORÇAMENTO

O orçamento proposto para 2013 apresenta o valor de 25.190.00,00 euros.

Trata-se de um orçamento com valor abaixo do de 2012 que por sua vez já

era inferior ao de 2011. Aqui se reflete o decréscimo de receitas e o encerramento do Quadro Comunitário. E daí, menos despesas de investimento também.

De qualquer forma podemos dizer que este orçamento é mais rigoroso, mas responde cabalmente às necessidades de funcionamento da Câmara e às exigências sócio-económicas resultantes da crise que vivemos. Claro que não satisfaz as nossas necessidades de investimento nem oferece os meios que a solidariedade exigia, e que o poder local reclama e precisa para que o país continue a modernizar-se, sobretudo no interior pobre e no mundo rural.

Mas, como se disse, fruto do rigor e austeridade que tem caracterizado a nossa gestão, dispomos de meios que

nos permitem independência e fluência financeira, que nos coloca entre as Câmaras com melhor saúde nas suas contas e podemos ainda responder aos principais problemas que se nos colocam nas várias despesas correntes, na conclusão das obras financiadas pelo QREN e, dispondo ainda de alguma margem para decidirmos sobre algum investimento próprio.

O orçamento possui margem para alterações e correções durante o ano, mas nunca tolera qualquer falta de rigor na aplicação das regras de austeridade que a lei ou o nosso método de sempre impõe.

Como se sabe as receitas do Estado andam muito próximo do que eram há 10 anos. Basta isto para se imaginar as dificuldades. Só que estas dificuldades

foram sendo atempadamente combatidas com as possíveis reduções de custos e com o aumento de receitas da EHATB, das eólicas, das rendas da EDP, do protocolo da Venda Nova II. E esperamos que agora venha a derrama.

Podemos, por isso, dizer que, para tempos de crise, e vendo o que se passa em muitos outros municípios, temos um orçamento restritivo mas positivo porque se suporta em contas sustentáveis. Daí se possa continuar a assumir os investimentos significativos do ano anterior na promoção, na cultura, na educação e na ação social porque esta é a melhor forma de apoiar o desenvolvimento e a economia local.

As receitas correntes – Estão previstas como a lei determina e muito próximo daquilo que será a sua

realização. Podemos ter mais receitas correntes que no ano anterior e continuaremos a cumprir a norma que prevê que estas receitas cubram as despesas correntes.

A avaliação dos prédios antigos deverá permitir um aumento do IMI. E a derrama, embora ainda não esteja prevista em função da alteração que se prevê, também deverá subir.

As tarifas da água não sofrerão alteração, mas as do saneamento e dos resíduos que não chegam a suportar metade dos custos poderão ter de sofrer um pequenos acréscimo não para representar aumento de receita, mas apenas para não se deixarem degradar as tarifas nestes setores.

Como referimos, um bom contributo para estas receitas é dado pela EHATB e pelas eólicas.

As despesas correntes – Totalizam 11.196.479,00 euros, ligeiramente menos que no ano anterior.

Como se sabe poupamos na iluminação pública cerca de 120 mil euros, mas o aumento do IVA de 6% para 23% levou-nos o que cortamos. E o mesmo aconteceu com outros produtos. Poupamos, mas o Governo levou-nos o que cortamos e, por isso, a despesa não desce, embora os serviços possam mingar.

Também no pessoal haverá redução porque não pode haver admissões, mas há encargos sociais que sobem.

E, claro, que para além das despesas de pessoal, na água, resíduos, aquecimento, na promoção, dos subsídios, do investimento na educação e na cultura e dos apoios sociais há aqui muitas despesas que podiam ser consideradas de capital que são pequenas obras com o nosso pessoal que também servem para animar o comércio local. Estão aqui incluídas reparações de máquinas, combustíveis, pneus, conservação de edifícios e materiais de construção.

As receitas de capital – Somam 11.133.090,00 euros e diminuíram em relação ai ano anterior.

Estão aqui as receitas previstas no QREN, a venda de património e as transferências do FEF.

As despesas de capital – Totalizam 13.993.503,00 euros, sendo aqui que se vai notar a diferença maior. Menos dinheiro dos Fundos Comunitários, menos obra.

De qualquer forma deve salientar-se que não transitam dívidas de faturas pendentes já que no final do ano teremos dívida zero a fornecedores, o que permite termos uma visão mais rigorosa das possibilidades de investimento durante o ano.

Financiamento e dívida – Não vai haver recurso ao crédito, embora isso fosse possível porque temos disponibilidade legal para o fazer. Diminuímos a dívida bancária e está hoje a cerca de 30% das nossas receitas contra os cerca de 100% de quando entramos na Câmara. Diminuímos e

vamos continuar a diminuir. Para além de tudo isso ainda temos dinheiro a prazo e a receber do QREN para fazer e pagar a estrada para Chaves.

2 – PLANO DE ATIVIDADES

Aqui incluímos ações e despesas obrigatórias que tem a ver com o funcionamento da Câmara e com o apoio a várias instituições, para melhor esclarecimento e maior transparência.

Este Plano, apesar de comprometer muito dinheiro, é um Plano aberto que pode receber novas ações que possam vir a considerar-se de importância durante o ano, havendo aí que ponderar aquelas, que já são muitas, e que nós realizamos habitualmente.

São as seguintes as áreas mais importantes:

1 – Proteção Civil

Mantemos os protocolos com os bombeiros, garantido que foi o financiamento das duas EIP's pelo Governo que paga 50% de 5 elementos em Salto e 5 elementos em Montalegre.

Mantemos em atividade o gabinete florestal, fruto do protocolo de financiamento com o governo.

Há ainda o seguro de bombeiros, as despesas com o abastecimento de água, os camiões limpa-neves e com os caminhos florestais.

Vamos apresentar a candidatura ao QREN, conforme foi combinado com o MAI, para recuperação do Quartel da GNR da Venda Nova.

2 - Educação

Os investimentos nesta área cresceram exponencialmente e é difícil andar para trás. Que ao esforço financeiro que fazemos se junte o bom aproveitamento do trabalho nas escolas.

Apesar da redução das verbas mantemos as atividades de enriquecimento curricular, a alimentação a todos os alunos deslocados, o material de desgaste, o apoio a alunos carenciados e um elevado gasto em transportes. Transporte que teremos de equacionar pois não se admite gastar 1,5 milhões, gastando 300 mil euros por

ano a mais para todos os alunos entrarem e saírem à mesma hora. Porque é que não se pode esperar 45 minutos, uns de manhã, outros à tarde, a estudar na escola e poupar este dinheiro?

A iluminação, o aquecimento, o pessoal auxiliar, o prolongamento de horário sem participação dos pais, o apoio à atividades de animação e bibliotecas escolares são uma parcela volumosa das despesas.

Temos previstas intervenções significativas para melhorar as novas instalações do Centro Escolar de Montalegre.

3 – Ação Social

Temos o compromisso de financiamento da UCC e esperamos que a obra seja concluída este ano.

Continua o apoio aos estágios profissionais, ao projeto itinerâncias culturais e sociais e manteremos o serviço técnico do projeto de Inserção social e os contratos para desempregados ou beneficiários do RSI vão continuar para prestarmos apoio social e para valorizar e integrar os cidadãos.

O edifício Albino Fidalgo II está a andar lentamente (preços baixos é o que dá) e temos que reforçar este ano o apoio à beneficiação de habitação de carenciados.

Crescem também os pedidos de aplicação da tarifa social da água e do saneamento.

A degradação social do país já se sente no concelho de forma gravosa e já afeta muita gente. Mas estamos prontos para responder em todo o lado com o apoio solidário.

Foi criada uma CERCI. A Câmara prestará todo o apoio e garante instalações nos edifícios disponíveis. Espero que este processo tenha sucesso porque é uma obrigação moral apoiar o sector da deficiência da forma mais humana e generosa que seja possível.

4 – Cultura

Exigindo-se inovação que garantimos, há um núcleo de ações que continuam a

ser reclamadas e até já referência para o Município:

Festas do concelho
Animação pela Biblioteca / Feira do Livro
Apoio às Associações locais
Colóquios e Seminários
Apoio a publicações e edições próprias
Campeonato Chegas de Bois
Congresso Luso-Galaico de Arqueologia
Exposições e animação Ecomuseu
Teatro e Tradições
Biblioteca Digital

Temos o projeto de beneficiação da Biblioteca e o Arquivo para serem apresentados ao QREN, se ainda abrir concurso.

Está em desenvolvimento o Parque Temático das Minas da Borralha. O projeto do Castelo está aprovado e espera-se que a Direção da Cultura do Norte encontre financiamento pois a Câmara está disponível para assumir a contrapartida nacional.

5 – Desporto

Com meios financeiros aquém das necessidades dos clubes mantém-se o apoio ao CDC Montalegre e ao GD de Vilar de Perdizes

Temos um projeto para beneficiação das piscinas de forma a alterar o sistema de aquecimento, tornando aquele equipamento funcional em termos de custos financeiros e esperamos poder vir a lançar essa obra.

Desenvolvemos outras atividades desportivas que também se revestem de interesse na área da dinamização e da promoção, destacando o Ralicross Europeu.

6 – Promoção/Turismo/Apoio a Atividades Económicas

Trata-se de uma das áreas mais importantes porque é aqui que se pode dinamizar o tecido económico, criar riqueza e emprego. Por isso todos os anos fazemos um grande investimento nesta área. E conseguimos impor eventos que ganharam dimensão regional e mesmo nacional. São os produtos locais, a ruralidade, a cultura, a natureza e ambiente, ao serviço das pessoas e da economia e do desenvolvimento.

Apresentamos um projeto inédito para a exploração da castanha nas zonas onde tradicionalmente já se produz esse fruto, que deverá ser aprovado para ser implementado.

Técnicos da Câmara, especialistas no sector e universidades vão estudar os terrenos baldios e os privados, indicar a variedade a plantar e encontrar soluções financeiras para a plantação de árvores e, a manutenção dos soutos até à data da produção.

Como já se disse anteriormente, poderá haver um parceiro, poderá ser só a Câmara a fazê-lo, poderá haver encargos para o dono do terreno ou não, conforme o rendimento final que cada parte tirar da produção.

Queremos também lançar um reforço na Feira do Fumeiro e dar um salto quantitativo e qualitativo nesta área. Na feira propriamente dita, com um esforço na promoção e na animação, mas sobretudo na produção e comercialização.

Destacamos algumas iniciativas realizadas ou apoiadas pela Câmara:

- Projeto Ecomuseu
- Parapente
- Caça e Pesca
- Apoio a agricultores (Sanidade Animal)
- Feira do Fumeiro
- Concursos Pecuários
- Apoio Feira Produtos da Terra de Pitões
- Sextas 13
- Halloween Vilar de Perdizes
- Congresso de Medicina Popular

- Corrida do Encontro (Tourém)
- Carrilheiras de Barroso
- BTT (prova Acácio Silva)
- Corrida de Montanha Ultra-Trail
- Apoio Associação Produtores de Fumeiro
- Campanhas de promoção de produtos locais
- Participação na Feira de Nanterre e outras
- Apoio à candidatura do Anel Verde (Ecovia Europeia)
- Apoio ao investimento do Celtipark

3 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor do PPI é de 11.871,00 euros, como sempre, um valor que só será realizado se se garantirem as receitas previstas.

É norma este valor nunca ser realizado. Então porque é que se mantem a previsão acima daquilo que parece ser o razoável?

O Plano é um elemento de planeamento e não é, nem pode ser, um instrumento fechado que dificulta a execução que tem muitos ponderáveis durante o ano. O plano deve ter abertura para se adequar à realidade financeira, à capacidade técnica e administrativa, a qualquer emergência e até a qualquer alteração do percurso. E deverá ter sempre, apesar da austeridade e do realismo que os tempos justificam, alguma ousadia e ambição.

Sendo o PPI, como diz a sigla um plano plurianual, este é um plano de fim de ciclo. Fim de mandato e de

encerramento do Quadro Comunitário. Cumpre com o que vinha planeado de trás mas não deixa, mesmo assim, de cumprir com a tarefa de continuidade. Prevê-se, por isso, algumas obras sem verbas que poderão vir a ser lançadas se houver woverboocking, (saldos do QREN que não foram utilizados) e outras que têm projeto e podem ser prioridade para o próximo Quadro Comunitário.

Senhor Presidente, Senhores Membros da
Assembleia Municipal

O orçamento que apresentamos é um orçamento normal para o tempo que vivemos. Austero, ma saudável. Por isso, responsável.

Não embarca, como nunca o fizemos, em aventuras ou obras que não se

possam pagar. E assenta numa situação financeira que nos coloca muito acima dos problemas de fluência para cumprir as funções e obrigações que ataca outras autarquias. A nossa independência relativamente à dívida permite-nos canalizar receitas para não estrangular as despesas correntes indispensáveis ao cumprimento da honrosa missão que queremos continuar a cumprir de ajudar os mais carenciados, as instituições da nossa terra, mas de levar também obras a todas as freguesias para promover o desenvolvimento e o bem estar e ajudar também as empresas locais.

Claro que, tudo com muito critério e sem perder o sentido de necessidade e prioridade para o concelho.

Assim, são objetivos: Concluir as obras financiadas pelo QREN e pela EDP e estar preparados para potenciar ainda os Fundos Comunitários se vier a haver possibilidade de novas candidaturas; Fazer a estrada nova de Montalegre a Chaves e apoiar a beneficiação da de Salto a Cabeceiras; Lançar mais obras de água e saneamento e continuar a política de recuperação e valorização das aldeias.

Montalegre, Dezembro de 2012

O Presidente da Câmara

Dr. Fernando Rodrigues

